

CARTA-PROGRAMA DA CHAPA COLETIVO DE SERVIDORES DO TJPE

ELEIÇÕES DO SINDJUD-PE - 2026

POR UM SINDICATO DE LUTAS, DEMOCRÁTICO E INDEPENDENTE!

Há anos, a categoria não encontra no TJPE um diálogo efetivo sobre sua pauta de reivindicações. O Tribunal estabelece unilateralmente os índices de reajuste, muitas vezes limitados ao IPCA, e aplica o mesmo percentual aos salários e a benefícios como o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde. A Chapa Coletivo de Servidores do TJPE entende que a reposição integral da inflação deve ser o piso mínimo necessário para amenizar as perdas do poder de compra dos servidores, e não o teto de uma negociação salarial.

Preocupa-nos que o SINDJUD-PE tenha aceitado essa política sem questionar de forma contundente os critérios impostos pelo Tribunal e sem construir uma estratégia que resulte na recomposição das perdas inflacionárias em 16,18% (DIEESE). Levantamento do DIEESE aponta que em diversos períodos a reposição inflacionária não foi integralmente aplicada e até não concedida. Negociar não é simplesmente aceitar o índice apresentado pelo Tribunal. É questionar, reivindicar, apresentar contrapropostas e lutar pela valorização dos servidores, pela recuperação das perdas salariais já acumuladas e pela melhoria dos benefícios e das condições de trabalho. A revisão salarial anual prevista na Constituição Federal e na legislação estadual é condição basilar mínima para a reposição das nossas perdas salariais, que não vem sendo cumpridos, com a total omissão das gestões do Sindicato nos últimos oito anos.

Em períodos anteriores, a categoria organizada em seu sindicato conquistou vários direitos, como, por exemplo: data-base; auxílio-saúde (2017), extinção dos cargos comissionados nos Juizados Especiais; parcelamento de perdas históricas acumuladas (2008); lei da revisão geral anual (2011); reenquadramento de cargos, corrigindo distorções na carreira; reparação das distorções salariais dos Auxiliares Judiciários e Oficiais de Justiça (2017); manutenção da jornada de seis horas diárias contra o projeto do CNJ/TJPE (greve de 2011); e a Lei da Progressão Funcional (2015), marco histórico de valorização na carreira e de melhoria salarial para todos os cargos do quadro de servidores efetivos.

Nos últimos anos, pautas importantes seguem pendentes: a negociação das perdas acumuladas; a falta de uma política de remoções; o auxílio-alimentação, que é o terceiro pior do país; e o auxílio-saúde, muito aquém do que permite a Resolução CNJ. Ao mesmo tempo, o TJPE promove uma reestruturação para implantação do Judiciário 4.0, que inclui a proposta de extinguir cargos efetivos, a terceirização e a ampliação de cargos comissionados. Soma-se a isso a imposição de metas de produtividade que, na avaliação da nossa chapa, comprometem a saúde física e mental dos servidores.

Na campanha salarial desse ano, a pauta foi aprovada na assembleia realizada no mês de março e, logo em seguida, ainda na segunda assembleia do ano em abril, a diretoria do sindicato defendeu a aceitação da proposta do Tribunal, sem que antes se esgotasse uma estratégia de mobilização e de contraproposta. A categoria precisa de uma representação sindical que não se conforme com os limites propostos pela Administração e que defenda, com firmeza e independência, seus direitos e interesses. Por isso decidimos disputar a direção do sindicato, convencidos de que a entidade tem o papel fundamental de lutar pelos interesses coletivos. Um sindicato forte se mede pela confiança que a categoria tem nele. Defendemos a alternância na direção do Sindicato, portanto, é um absurdo que o mesmo grupo conduza a entidade há 08 anos seguida, desse modo, defendemos uma quarentena para evitar a perpetuação das mesmas pessoas no poder.

A chapa Coletivo de Servidores do TJPE surgiu de um movimento voluntário que acredita numa gestão democrática. Seus integrantes se organizaram, se cotizaram e se dedicaram além do horário de trabalho para viabilizar um novo caminho nesta eleição sindical de 2026. Nossa candidatura parte da convicção de que a transparência nas tratativas e no trato com os recursos financeiros da categoria não é favor de qualquer direção, é obrigação dos representantes da entidade. Nenhum filiado deveria precisar recorrer à Justiça para ter acesso às atas de assembleias e às contas do próprio sindicato. Por isso, nos comprometemos com as propostas apresentadas a seguir, que organizam o sindicato, valorizam a categoria e garantem transparência e participação.

NOS DIAS 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2026, VOTE NA CHAPA DE OPOSIÇÃO. CHEGOU A HORA DE MUDAR. VOTE NO COLETIVO DE SERVIDORES DO TJPE!

EIXO 1: DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SINDICATO

DEMOCRACIA NO SINDICATO

Defendemos o respeito às instâncias de deliberação da categoria, pois as decisões são coletivas tomadas em assembleias ou congressos, presenciais e virtuais, acolhendo o direito de voz e de voto de quem está na capital ou no interior. A direção do sindicato é obrigada a cumprir o que for decidido mesmo que não concorde com o que foi aprovado, pois não lhe cabe escolher o que será executado ou não, a exemplo da deliberação tomada na última assembleia de 28 de abril quanto à definição de data para nova assembleia geral, que não foi cumprido pela diretoria atual;

Ampliaremos os representantes de base fortalecendo a representação dos servidores em todas as regiões do Estado;

Acreditamos que visitas regulares para escuta ativa e a organização da categoria na defesa dos seus direitos, são necessárias para mobilização dos servidores;

Buscaremos uma maior integração do SINDJUD-PE de maneira efetiva com as outras entidades da categoria, tanto no aspecto político, quanto no aspecto social, com foco permanente na unidade e integração. A atual gestão sindical vem apostando no distanciamento, acionando as outras entidades para comparecerem em reuniões da mesa de negociação com o tribunal, somente quando lhe convém. É comum ver reuniões a portas fechadas nos gabinetes com esses atuais dirigentes sindicais alegando que a legalidade é do sindicato, como se isto, por si só, fosse suficiente para garantir alguma efetividade nas negociações. A união entre todas as entidades é fator importante para a categoria caminhar de forma unitária, logicamente, respeitando as instâncias próprias de deliberação de cada entidade representativa.

Aproximar a diretoria com os servidores da base.

Fomentar a participação ativa dos servidores nas assembleias e decisões do sindicato.

Estimular a novas filiações, pois sindicatos transparentes atraem mais servidores, fortalecendo a representatividade e a credibilidade da categoria.

INDEPENDÊNCIA DO SINDICATO

Defender a concepção de que os sindicatos devem permanecer independentes das administrações, dos governos, dos partidos políticos. Sindicato não é braço da administração do tribunal, nem de governos, nem sofrer ingerência de partidos políticos. Dialogamos com todos, mas só respondemos à categoria.

Postular que a relação institucional deve ser respeitosa, mas sem subordinação. O sindicato fala pela categoria, não pela administração.

Defender uma mesa de negociação permanente com a presidência do tribunal, com atas públicas de cada reunião.

Posicionamento público sempre que uma medida prejudicar algum servidor ou a categoria, com nota oficial do sindicato e ações efetivas.

Atuação junto à Assembleia Legislativa, ao CNJ, à imprensa, aos demais órgãos e entidades da sociedade civil para defender os interesses da categoria.

Transparência

Transparência com as contas do sindicato. A transparência na prestação de contas do Sindicato é um pilar fundamental para garantir a legitimidade, a confiança e a eficiência da gestão sindical. Como o sindicato é mantido pelas contribuições dos próprios servidores, a clareza sobre onde e como o dinheiro é investido não é apenas um dever

legal, mas um compromisso ético com a categoria. Assim, qualquer filiado deve ter garantido seu direito de acesso aos contratos, notas fiscais e demais documentos.

EIXO 2: VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA E LUTAS INSTITUCIONAIS

GARANTIA DE DIREITOS, INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E RESPEITO ÀS DIVERSIDADES

Defender a promoção, a proteção e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) e demais normas vigentes. Comprometemo-nos a lutar pela eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, pela garantia de ambientes de trabalho, espaços sindicais, assembleias, eventos e canais de comunicação acessíveis, bem como pela igualdade de oportunidades, pelo respeito à diversidade, pela prevenção e pelo enfrentamento de toda forma de discriminação: racial, gênero, etnia, religiosa, político-partidária e outras.

POLÍTICA PARA APOSENTADOS

Ao se aposentar, o servidor deixa de progredir na carreira e perde também algumas vantagens e benefícios. Mas outros fatores contribuem para a perda financeira nos proventos, a exemplo dos reajustes exorbitantes nos planos de saúde, acima dos percentuais que são aplicados pelo tribunal na recomposição salarial anual. A preocupação com esta situação de defasagem salarial desencadeou um movimento nacional de servidores aposentados do serviço público federal e do judiciário estadual. Como contrapartida à perda do auxílio-alimentação, a proposta é criação de um benefício assistencial a aposentados e pensionistas (auxílio médico-social), visando compensar a perda do valor do auxílio-alimentação que é pago aos ativos. Por outro lado, é preciso ampliar esta política de valorização de aposentados e pensionistas, também nos aspectos social, cultural e de lazer. Neste sentido, apoiamos a iniciativa que a ASPJ vem mantendo de prestigiar o dia do Aposentado e do Idoso, nos propondo a somar numa parceria em prol deste setor da categoria, além de outras iniciativas próprias ou em conjunto com as entidades, em prestígio às garantias do Estatuto do Idoso.

NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA:

Pelo pagamento das nossas perdas salariais de 16,18% (DIEESE)

Em defesa do auxílio-saúde com base na Resolução 294/2019 do CNJ

Pela implantação do auxílio médico-social para os inativos

Pela melhoria do valor do auxílio-alimentação

Pela redução das distorções salariais para cargos com ingresso igual na escolaridade e vencimentos, a exemplo do Técnico Judiciário TPJ e Oficial de Justiça PJIII.

Contra o assédio moral e metas abusivas para produtividade

Contra a criação de cargos comissionados, ampliação da terceirização e a extinção de cargos efetivos

Defesa via ações e proposições concretas, para os colegas servidores da Estabilidade Financeira que estão sem progredir; e os que recebem o valor de R\$ 150,00, e se encontram sem plano de saúde, tudo visando à melhoria das condições nesses dois aspectos

Reabertura de Concurso Público, voltado ao provimento de cargos da atividade-meio, notadamente para as equipes técnicas (Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos)

Majoração do valor e melhor regulamentação das funções gratificadas do TJPE, notadamente a de gerentes das unidades judiciárias

Revisão do acesso de autenticação somente pelo celular, podendo ser feita a autenticação alternativamente por próprio sistema do TJPE ou on-line via SETIC

Lutar pela revogação da restrição de áreas alternativas dos cursos de mestrado aprovadas em 2023

Realização de assembleia para debater a proposta de redução do percentual da contribuição sindical para 0,5%, conforme abaixo-assinado dos servidores já coletado

Construção da sede do SINDJUD PE, no terreno próprio adquirido em 2016 que se encontra abandonado

Realização de perícia por videochamada para servidores de comarcas distantes da capital

Discussão sobre custos, benefícios, problemas de saúde física e mental do teletrabalho na categoria

Defesa da manutenção, ampliação da oferta dos serviços e priorização de investimento no ambulatório do TJPE com extensão de atendimento a todos os dependentes do servidor

Política de valorização, capacitação e respeito com o quadro funcional da entidade

CANDIDATAS E CANDIDATOS DA CHAPA “COLETIVO DE SERVIDORES DO TJPE” PARA AS ELEIÇÕES 2023 DO SINDJUD-PE

Coordenação Geral: Marcelo Adriano / Técnico Judiciário / Central de Atendimento Processual do 1º Grau / Ingressou em 1993

Coordenação de Administração: Leonardo Albino / Oficial de Justiça / Núcleo de Controle de Mandados / Ingressou no TJPE em 1992

Coordenação de Finanças: Thiago Ratis / Oficial de Justiça / Núcleo de Controle de Mandados / Ingressou no TJPE em 2011

Coordenação de Assuntos Jurídicos: Severino Tomé / Técnico Judiciário / Diretoria das Varas Criminais da Capital e Região Metropolitana / Ingressou no TJPE em 2012

Coordenação de Imprensa e Comunicação: Lyvia Corban / Analista Judiciária / Diretoria Regional do Sertão / Ingressou no TJPE em 2013

Coordenação de Formação Sindical, Política e Profissional: Raimundo Araruna / Técnico Judiciário / Central de Atendimento Processual do 1º Grau / Ingressou no TJPE em 2013

Coordenação de Previdência, Saúde e Segurança do Trabalho: Djalma Muniz / Técnico Judiciário / Aposentado / Ingressou no TJPE em 1993

Coordenação de Gênero, Raça e Etnia: Vera Dalva / Técnica Judiciária / Aposentada / Ingressou no TJPE em 1995

Coordenação de Cultura, Esporte e Lazer: Carlos Rozendo / Técnico Judiciário / Administração de Prédios / Ingressou no TJPE em 1988

Coordenação de Inclusão e Acessibilidade: Juliana Gusmão / Técnica Judiciária / São José da Coroa Grande - Vara Única / Ingressou no TJPE em 2007

Coordenação de Interiorização: Josivaldo Bezerra / Técnico Judiciário / Central de Atendimento Processual do 1º Grau / Ingressou no TJPE em 2000

Conselho Fiscal: Pablo Ramon / Técnico Judiciário / Diretoria Estadual das Varas de Infância e Juventude / Ingressou no TJPE em 2013

Conselho Fiscal: Catharine Lima / Técnica Judiciária / Colégio Recursal Criminal / Ingressou no TJPE em 2012

Conselho Fiscal: Rinaldo Vidal / Técnico Judiciário / Unidade Cont. 4ª Câmara Criminal / Ingressou no TJPE em 2013